A EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL DAS LIBERDADES FUNDAMENTAIS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA

TRENDS IN CASE LAW OF THE FUNDAMENTAL FREEDOMS BY COURT OF JUSTICE OF EUROPEAN UNION

THIAGO FERREIRA ALMEIDA¹

ROBERTO LUIZ SILVA²

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2013.

RESUMO

A jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia continua, desde a sua criação, a exercer papel fundamental no reconhecimento dos princípios norteadores do Direito Comunitário, tais como: a aplicabilidade das normas de direito comunitário sobre as normas dos Estados-membros, o caráter subsidiário da norma europeia e a possibilidade de invocar norma comunitária em um órgão jurisdicional de Estado-membro. Da mesma forma, a jurisprudência atua na consolidação das liberdades econômicas da União Europeia: liberdade de circulação de mercadorias, estabelecimento, prestação de serviços, de pessoas, capitais e pagamentos. O presente artigo objetiva traçar os contornos principais das liberdades fundamentais adotadas pela União Europeia pela análise da evolução jurisprudencial do Direito Comunitário pelas principais decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia.

PALAVRAS-CHAVE: Tribunal de Justiça da União Europeia; Liberdades Econômicas; Direito Comunitário.

ABSTRACT

The Court of Justice of the European Union remains since its creation to exercise fundamental role in the recognition of the guiding principles of Community Law, such as the applicability of provisions of Community Law on the Member States Law, the character subsidiary of the European Law and the possibility of invoking the Community Law in a court of a Member State. Likewise, the Case Law operates on the consolidation of EU economic freedoms: free movement of goods, property, services, people, capital and payments. This article aims to outline the main contours of the fundamental freedoms adopted by the European Union, by the analysis of the evolution of cases of Community Law for the main decisions of the Court of Justice of the European Union.

KEYWORDS: Court of Justice of the European Union; Economic Freedoms; Community Law.

SUMÁRIO

1. Introdução; 2. Princípios e Competências da União Europeia; 3. Liberdades Fundamentais; 3.1. Livre Circulação de Mercadorias; 3.2. Livre Circulação de Pessoas; 3.3. Liberdade de Estabelecimento e de Prestação de Serviços; 3.4. Livre Circulação de Capitais e Pagamentos; 4. Conclusão; 5. Referências.

¹ Advogado e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Estado de Minas Gerais. Mestrando em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. thiagoalmeida1104@yahoo.com.br.

² Decano em Direito Internacional da Faculdade de Direito da UFMG, possui Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (1994), Especialização em Direito Internacional pela Organização das Nações Unidas - UNITAR (1999) e Pós-Doutorado pela The University of Texas (2005). rlsnet@uol.com.br.

1. Introdução

Os esforços de integração e cooperação europeia datam de diferentes momentos na história, com especial atenção para o período de Entre Guerras, liderado pela Sociedade das Nações e com maior ênfase e resultados reais após a Segunda Guerra Mundial, a partir da criação das primeiras organizações internacionais com competências em questões que envolviam interesses de um conjunto mínimo de países, constituindo um ordenamento próprio qualificado como comunitário³.

É possível verificar já na década de 1940, o estabelecimento da Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), em 16 de abril de 1948 (posteriormente transformada em Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE, em 14 de dezembro de 1960, com a participação de países industrializados não europeus, tais como os Estados Unidos e Canadá). Enquanto a OCDE possui caráter de cooperação na área econômica, em 05 de maio de 1949, o surgimento do Conselho Europeu possuía caráter eminentemente político.

Já a União Europeia surgiu pelos esforços de criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 18 de abril de 1951 (Tratado de Paris), e da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e Comunidade Europeia da Energia Atômica (CEEA ou EURATOM), ambos em 25 de março de 1957 (Tratado de Roma). Nesse sentido, e a partir do desenvolvimento de acordos posteriores, a União Europeia consistiu em exemplo de integração econômica e política, no qual ultrapassou a seara de trocas comerciais para abarcar uma gama maior de direitos comunitários.

Os tratados fundadores da atual União Europeia promoviam a cooperação nos setores de carvão e aço (CECA), no qual impedia que determinado país mobilizasse suas forças armadas sem o conhecimento dos demais, dissipando qualquer desconfiança ou tensão entre os Estados europeus integrantes, além de viabilizar a integração econômica. O Tratado de Bruxelas de 8 de abril de 1965 criou a Comissão Única e o Conselho Único para as três comunidades (CECA, CEE e EURATOM). Por sua vez, o Ato Único Europeu, de 17 de fevereiro de 1986 promoveu a simplificação das tomadas de decisões na perspectiva do mercado único (extensão da votação por maioria qualificada no Conselho). O Tratado de

³ Em complemento ao entendimento de direito comunitário: “O Direito Comunitário não é originalmente constituído por um sistema de normas jurídico-positivas oriundas de uma única fonte de produção normativa, como se delas decorressem, desde sempre e exclusivamente, dos órgãos da própria comunidade. Ele é, na sua origem e formação, ponto de interseção entre (a) normas de direito nacional (intraestatal), (b) normas fundadas no direito internacional, como os tratados de Maastricht, Amsterdam e Nice (União Europeia) e, no âmbito do direito latino-americano, o de Assunção (MERCOSUL), e (c) e normas de direito internacional privado comum, não-estatais, mas convencionais” (BORGES, 2005, p. XXXII).

Maastricht, de 7 de fevereiro de 1992 cria a denominação de “União Europeia” e introduz elementos para uma união política (cidadania, política comum em matéria de política externa e em assuntos internos). O Tratado de Amsterdam, assinado em 2 de outubro de 1997 consolida os tratados da UE (Maastricht) e CEE (Roma), e prepara-se para a adesão de mais países. O Tratado de Nice, de 26 de fevereiro de 2001 promove as reformas das instituições da UE a fim de que possa atender a uma comunidade de 25 países. Por fim, o Tratado de Lisboa, de 13 de dezembro de 2007 reforça os poderes do Parlamento Europeu e clarifica a repartição de competências (competências exclusivas da UE, dos países da UE, e as competências compartilhadas)⁴.

A definição dos objetivos e finalidades de uma organização internacional⁵ reveste-se de importante teor jurídico, ao permitir adequada visualização de suas competências e o alcance dos tratados que a regem. Os objetivos da União Europeia (UE) dividem-se em imediatos (promoção da integração econômica e monetária) e mediatos (integração política por meio da associação dos Estados-membros em uma confederação ou federação, ou mesmo em uma terceira forma de atuação conjunta).

O presente artigo objetiva traçar os contornos principais das liberdades fundamentais adotadas pela União Europeia, que são: liberdade de circulação de mercadorias, estabelecimento, prestação de serviços, de pessoas, capitais e pagamentos, analisando a doutrina específica e, principalmente, a evolução jurisprudencial do Direito Comunitário pelas decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia.

2. Princípios e Competências da União Europeia⁶

⁴ Disponível em: <www.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013.

⁵ A organização internacional pode ser conceituada como uma “associação de Estados, constituída por tratado, dotada de uma constituição e de órgãos comuns, e possuindo uma personalidade jurídica distinta da dos Estados membros” (FITZMAURICE, in *a/cn.4/101* artigo 3º, Ann C.D.I., 1956-II, p. 106; *apud* DIHN, DAILLIER, PELLET, 2003, p. 592). Dessa forma, são aspectos fundamentais de uma organização internacional o seu fundamento convencional e a sua natureza institucional, submetido aos princípios do direito do tratados e das suas características intrínsecas de autonomia organizacional.

⁶ Conforme informações da UE, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 1 de Dezembro de 2009, a União Europeia dotou-se de personalidade jurídica e retomou as competências anteriormente conferidas à Comunidade Europeia. O Direito Comunitário tornou-se portanto o direito da União, compreendendo igualmente todas as disposições adotadas no passado ao abrigo do Tratado da União Europeia na sua versão anterior ao Tratado de Lisboa. A par da União Europeia, a Comunidade Europeia da Energia Atômica (EURATOM) continua a existir. Dado que as competências do Tribunal de Justiça relativas à EURATOM são, em princípio, as mesmas que as exercidas no quadro da União Europeia, qualquer referência ao direito da União englobará igualmente o direito da EURATOM. A expressão direito comunitário contudo ainda é assim utilizada nas jurisprudências anteriores dos Tribunais da UE (disponível em: <www.curia.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013).

Apesar de não explícito originalmente no Tratado de Roma, mas consubstanciado pelo Tratado de Lisboa de 2007⁷, o princípio democrático é de cunho basilar na ordem jurídico-política da União Europeia. Por sua vez, o princípio da liberdade econômica, previstos expressamente nos Tratados de Paris (1951, CECA) e de Roma (1957, CEE e EURATOM), assenta-se sobre a aspiração da integridade econômica, da concepção da democracia e pela adesão ao modelo de economia de mercado⁸.

O referido princípio comporta a garantia da aplicação concreta das cinco liberdades (livre circulação de mercadorias, pessoas, estabelecimento, prestação de serviços, capitais e pagamentos), bem como assegurados os corolários da propriedade privada e dos meios de produção, livre iniciativa e livre concorrência (CAMPOS e CAMPOS, 2004, p. 272-273). Corolários do princípio da liberdade econômica são a não-discriminação, em razão de nacionalidade, e a igualdade de tratamento, seja dos Estados-membros ou dos agentes econômicos privados.

Os Princípios da coesão social e da cooperação legal, nas relações entre os Estados-membros e a União, encontram-se previstos no art. 3º, terceira parte do nº 3, no qual “A União promove a coesão econômica, social e territorial, e a solidariedade entre os Estados-Membros”, e no art. 4º, nº 3, “Em virtude do princípio da cooperação leal, a União e os Estados-Membros respeitam-se e assistem-se mutuamente no cumprimento das missões decorrentes dos Tratados”, no qual os Estados-membros obrigam-se a agir por meio de medidas adequadas a garantir o alcance e a eficácia do direito comunitário⁹.

No princípio da especialidade (da atribuição ou da competência mínima), há a previsão legal de que a UE atuará nos limites das atribuições que lhe são conferidas¹⁰.

⁷ TÍTULO II - DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS. Artigo 9.º Em todas as suas atividades, a União respeita o princípio da igualdade dos seus cidadãos, que beneficiam de igual atenção por parte das suas instituições, órgãos e organismos. É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro. A cidadania da União acresce à cidadania nacional e não a substitui. (Versão Consolidada do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia de 30 de março de 2010, tal como resultam das alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, assinado a 13 de dezembro de 2007 em Lisboa e em vigor desde 1º de dezembro de 2009. Contém as Declarações anexadas à Ata Final da Conferência Intergovernamental que adotou o Tratado de Lisboa. Disponível em: <www.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013).

⁸ Artigo 6.º (ex-artigo 6.º TUE) 1. A União reconhece os direitos, as liberdades e os princípios enunciados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, de 7 de Dezembro de 2000, com as adaptações que lhe foram introduzidas em 12 de Dezembro de 2007, em Estrasburgo, e que tem o mesmo valor jurídico que os Tratados. (Versão Consolidada do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia de 30 de março de 2010, tal como resultam das alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, assinado a 13 de dezembro de 2007 em Lisboa e em vigor desde 1º de dezembro de 2009. Disponível em: <www.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013).

⁹ Versão Consolidada do Tratado da União Europeia de 30 de março de 2010, tal como resultam das alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, assinado a 13 de dezembro de 2007 em Lisboa e em vigor desde 1º de dezembro de 2009. Disponível em: <www.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013.

¹⁰ Artigo 5º. (ex-artigo 5º TCE) 1. A delimitação das competências da União rege-se pelo princípio da

Por sua vez, o princípio da subsidiariedade, também previsto no art. 5º do Tratado, consiste na competência de atuação da União a intervir somente quando um determinado objetivo puder ser melhor atingido pela aplicação de uma norma comunitária que por uma norma nacional de determinado Estado-membro. O princípio da proporcionalidade (ou da intensidade da intervenção comunitária), também inserido no art. 5º do Tratado, prevê que os meios utilizados pela Comunidade não poderão ser excessivos aos fins e objetivos a serem alcançados¹¹. (CAMPOS e CAMPOS, 2004, p. 282).

Outrossim, a ordem jurídica constitucional da UE está profundamente marcada pelos princípios da autonomia, da aplicabilidade direta, da primazia da norma comunitária sobre a nacional de um Estado-membro, e da interpretação uniforme do Direito Comunitário, todos estes oriundos da prática jurisdicional do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Aos tribunais nacionais cabe a competência de interpretar e aplicar o direito comunitário, contudo, optou-se pela criação de uma jurisdição especializada com natureza de última instância a prover a correta interpretação do Direito Comunitário, no qual regula o tratamento jurisdicional comunitário dos Estados-membros e dos órgãos da União e, eventualmente, os próprios particulares.

Convém sublinhar que o Tribunal das Comunidades Europeias [atual Tribunal de Justiça da União Europeia – TJUE] em caso algum funciona em relação aos tribunais nacionais como um tribunal de recurso ou como jurisdição suprema de um sistema federal; não lhe cabe, com efeito, em circunstância alguma, reformar as decisões proferidas na ordem interna em que se tenha feito aplicação do direito comunitário, ou anular os actos (sic) dos Estados contrários ao direito comunitário (CAMPOS e CAMPOS, 2004, p. 181)¹².

O TJUE exerce jurisdição voluntária e contenciosa. A voluntária ocorre quando solicitado a fornecer correta interpretação do direito comunitário, a julgar os atos dos órgãos

atribuição. O exercício das competências da União rege-se pelos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. 2. Em virtude do princípio da atribuição, a União actua unicamente dentro dos limites das competências que os Estados-Membros lhe tenham atribuído nos Tratados para alcançar os objectivos fixados por estes últimos. As competências que não sejam atribuídas à União nos Tratados pertencem aos Estados-Membros. (Versão Consolidada do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia de 30 de março de 2010, tal como resultam das alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, assinado a 13 de dezembro de 2007 em Lisboa e em vigor desde 1º de dezembro de 2009. Disponível em: <www.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013).

¹¹ Artigo 5º, 3 e 4. (Versão Consolidada do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia de 30 de março de 2010, tal como resultam das alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, assinado a 13 de dezembro de 2007 em Lisboa e em vigor desde 1º de dezembro de 2009. Disponível em: <www.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013).

¹² Coaduna-se com tal posicionamento BORGES (2005, p. 84), no qual, uma vez reconhecido que as normas comunitárias não devem ser derogadas pelos Estados-membros em atos unilaterais (princípio da primazia da norma comunitária sobre a nacional), impede-se a revogação de preceito nacional em face de norma comunitária, pois não há competência da comunidade supranacional em alterar uma norma validada pelo Estado-membro. Utiliza-se o autor do termo “preferência de aplicabilidade” pela norma comunitária.

da UE ou a pronunciar-se a título consultivo sobre a compatibilidade dos atos com as normas comunitárias europeias. Já a contenciosa ocorre quando chamado a julgar ação por descumprimento de obrigações do direito comunitário por algum Estado-membro, recursos de anulação ou por emissão, conflito de competências dos órgãos, ou o controle da conformidade dos atos e abstenções em relação aos tratados comunitários e aos princípios gerais da ordem comunitária. Bem como atua em jurisdição administrativa, laboral, cível, criminal, fiscal e aduaneira. A fim de oxigenar o TJUE para as causas de fundo sobre interpretação uniforme do Direito Comunitário, os recursos de anulação, por omissão, além dos litígios de caráter laboral entre UE e agentes, inseriram-se como atribuições do Tribunal de Primeira Instância, hoje nomeado de Tribunal Geral (CAMPOS e CAMPOS, 2004, p. 193-196, 200-201).

Tendo os Estados-membros aderido à comunidade, com base, entre outros, **no princípio da reciprocidade, não deverão dispor, na legislação nacional e, pois, unilateralmente, em contrário ao pactuado.** Direito plurilateral deve primar sobre direito unilateral (BORGES, 2005, p. 84, *grifo nosso*)¹³.

A partir da análise jurisprudencial no Tribunal de Justiça da União Europeia, o caso Gend & Loos/Administração Fiscal (Acórdão 05/02/1963 – Processo 26/62)¹⁴, entre NV Algemene Transport em Expeditie Onderneming van Gend & Loos (sede em Utrecht) e Administração Fiscal neerlandesa, tinha por objeto pedido dirigido ao então Tribunal nos termos do art. 177º, 1º parágrafo, “a”, e 3º parágrafo¹⁵, Tratado CEE para a decisão a título

¹³ Assim completa o raciocínio do autor: “Que seria, desde logo, incompatível com as exigências inerentes à própria natureza do direito comunitário, qualquer disposição de uma ordem jurídica nacional ou qualquer prática legislativa, administrativa ou judiciária, que tivesse por efeito diminuir a eficácia do direito comunitário pelo fato de recusarem ao juiz, competente para aplicar este direito, o poder de fazer, no próprio momento dessa aplicação, tudo quanto fosse necessário para afastar as disposições legislativas nacionais que eventualmente pudessem constituir um obstáculo à plena eficácia das normas comunitárias” (BORGES, 2005, p. 85).

¹⁴ Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <www.curia.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013.

¹⁵ “Artigo 177º (Tratado de Maastricht 1992) O Tribunal de Justiça é competente para decidir, a título prejudicial: a) Sobre a interpretação do presente Tratado; b) Sobre a validade e a interpretação dos actos adoptados pelas Instituições da Comunidade e pelo BCE; c) Sobre a interpretação dos estatutos dos organismos criados por acto do Conselho, desde que estes estatutos o prevejam. Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada perante qualquer órgão jurisdicional de um dos Estados-membros, esse órgão pode, se considerar que uma decisão sobre essa questão é necessária ao julgamento da causa, pedir ao Tribunal de Justiça que sobre ela se pronuncie. Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional cujas decisões não sejam susceptíveis de recurso judicial previsto no direito interno, esse órgão é obrigado a submeter a questão ao Tribunal de Justiça”.

Artigo 260.º (Tratado de Funcionamento da UE) (ex-artigo 228.º TCE) 1. Se o Tribunal de Justiça da União Europeia declarar verificado que um Estado-Membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força dos Tratados, esse Estado deve tomar as medidas necessárias à execução do acórdão do Tribunal. 2. Se a Comissão considerar que o Estado-Membro em causa não tomou as medidas necessárias à execução do acórdão do Tribunal, pode submeter o caso a esse Tribunal, após ter dado a esse Estado a possibilidade de apresentar as suas observações. A Comissão indica o montante da quantia fixa ou da sanção pecuniária compulsória, a pagar pelo Estado-Membro, que considerar adequado às circunstâncias. Se o Tribunal declarar verificado que o Estado-Membro em causa não deu cumprimento ao seu acórdão, pode condená-lo ao pagamento de uma quantia fixa ou progressiva correspondente a uma sanção pecuniária.

prejudicial sobre as seguintes questões: (1) Interpretação do art. 12.º do Tratado CEE¹⁶ e seu efeito aos particulares (efeito interno); e (2) Em caso afirmativo, verificar se a aplicação de um direito aduaneiro de 8% à importação nos Países Baixos, pela recorrente no processo principal, de ureia formaldeído proveniente da República Federal da Alemanha representou um aumento ilegal na acepção do artigo 12.º do Tratado CEE, ou constitui uma modificação razoável do direito de importação em vigor antes de 1 de Março de 1960 que, apesar de constituir um aumento aritmético, não deve considerar-se proibida pelo artigo 12.º (princípio da não-discriminação). No voto, entendeu-se que o objetivo da Comunidade Europeia era de instituir um mercado comum cujo funcionamento diz respeito diretamente aos nacionais da Comunidade, sendo mais que um acordo meramente gerador de obrigações recíprocas entre os Estados contratantes. O Tratado permite que a Comissão ou os Estados-membros acionem o Tribunal de um Estado-membro contra norma comunitária não adimplida. Da mesma forma, não priva os particulares da possibilidade de invocarem essas obrigações perante um tribunal nacional. Também é possível aos sujeitos a possibilidade de, em litígios entre particulares pendentes no tribunal nacional, invocar a violação de obrigações comunitárias¹⁷.

Já o caso Administração das Finanças do Estado / Simmenthal – Acórdão 09/03/1978 (Processo 106/77)¹⁸, envolvendo as partes Administração das Finanças do Estado e Sociedade Anônima Simmenthal (sede em Monza, Itália), teve por objeto decisão a título prejudicial sobre a interpretação do artigo 189º do Tratado CEE¹⁹ (princípio da aplicabilidade direta do

¹⁶ Art. 12º (CEE): Artigo 12.º No âmbito de aplicação do presente Tratado, e sem prejuízo das suas disposições especiais, é proibida toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade. O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.o, pode adoptar normas destinadas a proibir essa discriminação.

Artigo 18.º (Tratado de Funcionamento da UE) (ex-artigo 12.º TCE) No âmbito de aplicação dos Tratados, e sem prejuízo das suas disposições especiais, é proibida toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade. O Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando de acordo com o processo legislativo ordinário, podem adoptar normas destinadas a proibir essa discriminação.

¹⁷ Para tanto, a decisão final assim dispunha que: “1) O artigo 12.º do Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia produz efeitos imediatos e cria na esfera jurídica dos particulares direitos individuais que os órgãos jurisdicionais nacionais devem salvaguardar; 2) Para verificar se direitos aduaneiros ou encargos de efeito equivalente foram aumentados, contrariando a proibição contida no artigo 12.º do Tratado, é necessário ter em consideração os direitos e encargos efectivamente aplicados no Estado-membro em questão a quando da entrada em vigor do Tratado” (Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <www.curia.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013).

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ Artigo 189º (Tratado de Maastricht 1992) Para o desempenho das suas atribuições e nos termos do presente Tratado, o Parlamento Europeu em conjunto com o Conselho, o Conselho e a Comissão adoptam regulamentos e directivas, tomam decisões e formulam recomendações ou pareceres. O regulamento tem carácter geral. É obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros. A directiva vincula o Estado-membro destinatário quanto ao resultado a alcançar, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quanto à forma e aos meios. A decisão é obrigatória em todos os seus elementos para os destinatários que designar. As recomendações e os pareceres não são vinculativos.

Artigo 288.º (Tratado do Funcionamento da UE 2010) (ex-artigo 249.º TCE) Para exercerem as competências da União, as instituições adoptam regulamentos, directivas, decisões, recomendações e pareceres. O regulamento tem carácter geral. É obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-

direito comunitário) e sobre as consequências decorrentes desse princípio em caso de contradição entre uma norma de direito comunitário e uma disposição posterior de direito interno (nacional). Trata-se de contradição entre regulamentação comunitária e lei nacional posterior sobre o mercado de carne bovina (cobrança de taxas incompatíveis com as disposições comunitárias). Conforme o princípio da aplicabilidade direta das normas comunitárias, estas são dotadas de plenitude de efeitos, de modo uniforme em todos os Estados-membros, a partir da sua entrada em vigor e durante todo o período de sua vigência. Outrossim, seus efeitos impedem a formação de atos legislativos posteriores que sejam incompatíveis com as normas de direito comunitário. Por sua vez, qualquer forma de reconhecimento da eficácia da norma comunitária por órgão legislativo nacional invade o domínio do poder legislativo da União, no qual implica negação ao caráter efetivo do compromisso assumido pelos Estados-membros de modo incondicional e irrevogável, por força do seu Tratado.

Assim sendo, o juiz possui a obrigação de assegurar os direitos conferidos pelas normas comunitárias, sem que tenha que esperar a prévia eliminação efetiva pelos órgãos legislativos nacionais de direito interno incompatível com a norma comunitária. Deve, portanto, assegurar o princípio da aplicação direta e imediata das normas comunitárias.

3. Liberdades Fundamentais

Uma vez apresentados os princípios e competências que regem e disciplinam a interpretação e aplicação do Direito Comunitário, faz-se mister delinear os contornos conceituais e, principalmente, jurisprudenciais que se desenvolveram desde a formação da União Europeia.

No contrário de outras organizações regionais de integração, que promoveram zonas de livre comércio de mercadorias ou união aduaneira, a UE afirma-se como o mais evoluído modelo de integração, ao propiciar não somente a livre circulação de bens e mercadorias, mas, principalmente, a aplicação da liberdade de estabelecimento, de prestação de serviços, de circulação de pessoas, capitais e pagamentos.

Membros. A directiva vincula o Estado-Membro destinatário quanto ao resultado a alcançar, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quanto à forma e aos meios. A decisão é obrigatória em todos os seus elementos. Quando designa destinatários, só é obrigatória para estes. As recomendações e os pareceres não são vinculativos.

3.1. Livre Circulação de Mercadorias

A livre circulação de mercadorias objetiva a supressão de obstáculos de barreiras às trocas comerciais de bens e produtos. Entende-se por mercadorias como bens suscetíveis de serem objeto de transação comercial, independentemente de sua natureza, qualidade particular ou utilização. Outrossim, consistem nas mercadorias originárias dos países membros que compõem a União Europeia²⁰.

Também são proibidas as medidas de restrição quantitativa à importação ou exportação, sendo que os Estados-membros possuem certas prerrogativas de imposição de obrigações, desde que não constituam meio de discriminação arbitrária ou restrição dissimulada.

Os impedimentos mais comuns referem-se à imposição de taxas ou tarifas com o objetivo de aumentar o preço dos produtos estrangeiros comparado com os domésticos. Da mesma forma, o Estado pode tentar beneficiar os seus produtos domésticos pela imposição de taxas discriminatórias em relação aos produtos importados. Também pode impor quotas ou medidas sobre a importação, com o fim único de reduzir o quantitativo de produtos importados.

Por sua vez, certas derrogações às regras de livre circulação de mercadorias podem ocorrer no que se referem à admissibilidade das cláusulas de salvaguarda, se a sua situação for suficientemente grave para justificar providências excepcionais.

A princípio, compete à Comissão, órgão independente dos Estados-membros, autorizar a um dos seus países a adotar uma dada medida de salvaguarda, bem como revogá-la ou modificá-la, ou mesmo fixar a sua natureza, condições, modalidades e o período de tempo de sua aplicação. Contudo, algumas dessas medidas derogatórias do princípio da livre circulação das mercadorias podem ser tomadas pelos Estados-membros unilateralmente (sem intervenção dos órgãos comunitários), mas sujeitam-se a um controle posterior de caráter administrativo ou jurisprudencial (CAMPOS e CAMPOS, 2004, p. 547).

Importante fato neste sentido está presente no caso Comissão v. França (Acórdão 09/12/1997 - Processo C-265/95)²¹, envolvendo a Comissão das Comunidades Europeias e

²⁰ Complementa CAMPOS e CAMPOS (2004, p. 535, *grifo do autor*): “Ao aplicar às mercadorias não originárias da Comunidade, ao abrigo do art. 24º CE, a noção de *produtos em livre prática* e ao estender a liberalização comunitária a tais mercadorias, o Tratado CE eliminou, no tocante à sua circulação no espaço comunitário, a diferença entre *produtos originários e não originários* da Comunidade. Com efeito, para obter o estatuto de *produto em livre prática*, uma mercadoria não originária apenas deve, uma vez por todas, ser desalfandegada em qualquer Estado-membro contra o pagamento dos direitos aduaneiros eventualmente exigíveis, que são os previstos na pauta aduaneira comum.

²¹ Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <www.curia.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013.

República Francesa, tendo por objeto a declaração de que, ao não tomar todas as medidas necessárias para a livre circulação de frutas e produtos hortícolas, a República Francesa não cumpriu as obrigações que decorrem das organizações comuns de mercado dos produtos agrícolas e do artigo 30.º do Tratado CE²², conjugado com o artigo 5.º do mesmo Tratado²³. Tratou-se de atos de violência e de vandalismos promovido por agricultores franceses contra produtos agrícolas provenientes de outros Estados-membros registrados por mais de 10 anos. Nesse sentido, aplicou-se do princípio fundamental da livre circulação de mercadorias, devendo os Estados-membros abolir os obstáculos existentes, sejam entraves diretos ou indiretos, atuais ou potenciais, à importação no comércio comunitário. Como bem ressalta no TJUE, o artigo 30.º (atual art. 36.º) não proíbe, portanto, apenas as medidas de origem estatal que criem restrições ao comércio entre os Estados-Membros, mas pode aplicar-se quando um Estado-membro se abstém de tomar as medidas em face a entraves à livre circulação de mercadorias devidos a causas que não tenham origem estatal (ações de particulares que impedem a livre circulação de mercadorias). Decidiu o Tribunal que, ao não tomar todas as medidas necessárias e proporcionadas a fim de que ações de particulares não entrem a livre circulação de frutas e produtos hortícolas, a República Francesa não cumpriu as obrigações da UE de garantia da livre circulação de mercadorias e foi condenada nas despesas de indenização às mercadorias destruídas dos produtores dos outros Estados-membros.

3.2. Livre Circulação de Pessoas

Essa liberdade fundamental envolve a livre circulação de trabalhadores, de profissionais autônomos e de cidadãos europeus. Dessa forma, as normas comunitárias tentam abarcar todas as esferas referentes ao deslocamento de pessoas que pertencem aos Estados-membros da UE.

A livre circulação de pessoas envolve a liberdade de deslocamento, residência e permanência, sendo vedada a diferença de tratamento e das condições de emprego e de trabalho entre trabalhadores nacionais e os demais oriundos de qualquer outro Estado-

²² Artigo 36.º (Tratado sobre o Funcionamento da UE 2010) (ex-artigo 30.º TCE) As disposições dos artigos 34.º e 35.º são aplicáveis sem prejuízo das proibições ou restrições à importação, exportação ou trânsito justificadas por razões de moralidade pública, ordem pública e segurança pública; de protecção da saúde e da vida das pessoas e animais ou de preservação das plantas; de protecção do património nacional de valor artístico, histórico ou arqueológico; ou de protecção da propriedade industrial e comercial. Todavia, tais proibições ou restrições não devem constituir nem um meio de discriminação arbitrária nem qualquer restrição dissimulada ao comércio entre os Estados-Membros.

²³ Artigo 5.º (Tratado da UE 2010) (ex-artigo 5.º TCE) 1. A delimitação das competências da União rege-se pelo princípio da atribuição. O exercício das competências da União rege-se pelos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade.

membro. Por extensão, o tratamento não discriminatório envolve, além da remuneração principal, as assessorias e quaisquer vantagens sociais ou fiscais conferidas pela lei ou por convenções de trabalho (CAMPOS e CAMPOS, 2004, p. 563-564).

As reservas ao princípio da liberdade de circulação de pessoas e de trabalhadores remetem às razões de ordem pública, de segurança e de saúde pública, no que tange ao direito de entrada no território, a residência para exercício de atividade profissional e o de permanência após a cessação de tal atividade.

A política de expansão da livre circulação de pessoas ou de trabalhadores está intimamente ligada com a ampla noção de solidariedade europeia, que sublinha a aspiração de integração das pessoas na Europa.

Nesse sentido, a jurisprudência do TJUE atua na consolidação dos direitos substanciais e processuais de proteção dos trabalhadores migrantes, com expansão para a categoria de proteção dos membros de suas famílias, além de restringir as circunstâncias no qual os Estados-membros não cumpram os direitos de liberdade de movimento. Além disso, inclui provisões quanto ao direito de residência permanente e a permissão de restrição de direitos em caso de abuso ou fraude.

Conforme a jurisprudência do Tribunal de Justiça, no caso Patrick (Acórdão 28/06/1977 – Processo C-11/77)²⁴, entre as partes Richard Hugh Patrick e Ministro da Cultura, o objeto consistia na interpretação sobre o direito de estabelecimento referente a um cidadão britânico, com diploma de arquitetura emitido no Reino Unido e a solicitação de autorização para exercer sua profissão na França. A exigência de diplomas e de autorizações prévias para o exercício da profissão em diferentes Estados-membros constituía um entrave ao exercício efetivo da liberdade de estabelecimento das pessoas, cuja eliminação deveria ser facilitada por diretrizes do Conselho na promoção do reconhecimento mútuo dos diplomas e certificados. Contudo, na falta de diretrizes aprovadas, não se autorizava um Estado-membro a recusar benefício dessa liberdade ao indivíduo na comunidade, nos termos das legislações comunitárias em vigor²⁵.

²⁴ Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <www.curia.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013.

²⁵ Por fim, a decisão do TJUE decidiu que “a partir de 1 de Janeiro de 1978, um nacional de um novo Estado-membro que prove possuir um título reconhecido pelas autoridades competentes do Estado-membro de estabelecimento como equivalente ao diploma emitido e exigido nesse Estado goza do direito de acesso à profissão de arquitecto e ao seu exercício nas mesmas condições que os nacionais do Estado-membro de estabelecimento sem que lhe possam ser opostas outras condições” (Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <www.curia.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013).

3.3. Liberdade de Estabelecimento e de Prestação de Serviços

As principais evoluções quanto ao livre estabelecimento e prestação de serviços ocorreu por meio do tratamento jurisprudencial. As regras comunitárias principais que regulam essas temáticas são: Diretriz 2005/36/EC (Parlamento Europeu e Conselho para o reconhecimento das qualificações profissionais, de 07/09/2005) e Diretriz 2006/123/EC (Parlamento Europeu e Conselho sobre serviços no mercado interno, de 12/12/2006).

As normas comunitárias da UE estabelecem como liberdade de estabelecimento a retirada de restrições sobre os direitos dos indivíduos e das empresas de manter sua permanência ou de estabelecer negócio em um Estado-membro.

Estabelecimento é definido como “o exercício efetivo de uma atividade econômica por meio de um estabelecimento fixo em um determinado Estado-membro por um período indefinido” (CRAIG e DE BÚRCA, 2008, p. 791).

Quanto à liberdade de prestação de serviços, esta requer a retirada de restrições sobre as prestações de serviços entre Estados-membros, a todo o momento em que o elemento transfronteiriço estiver presente. Este elemento resulta do fato do provedor do serviço não se encontrar no Estado em que o serviço é realizado ou cumprido, ou mesmo na hipótese do beneficiário ter-se encaminhado para outro Estado para receber os serviços. As regras de liberdade de prestação de serviços também ocorrem na hipótese em que o provedor e o beneficiário não se movimentam, mas tão somente o serviço é prestado, por exemplo, por telecomunicação. Por sua vez, as provisões que regulamentam a prestação de serviço são residuais, pois afetam outras liberdades na mesma hipótese, sejam bens, pessoas ou capitais. (CRAIG e DE BÚRCA, 2008, p. 791-792).

Jurisprudência do TJUE sobre prestação de serviços pode ser citada conforme o caso Van Binsbergen (Acórdão 03/12/1974 - Processo 33/74), envolvendo como partes Johannes Henricus Maria van Binsbergen e Bestuur van de Bedrijfsvereniging voor de Metaalnijverheid (Direcção da Associação Profissional da Indústria Metalúrgica), sendo objeto a interpretação do princípio da livre prestação de serviços no interior da Comunidade (Interpretação dos arts. 59.º e 60.º do Tratado da CEE, de 1957). Tratou-se de processo no qual a parte em causa confiou a defesa dos seus interesses a um mandatário de nacionalidade holandesa, que assegurava a representação de particulares junto de órgãos jurisdicionais em relação aos quais não era obrigatória a constituição de advogado. Tendo o referido advogado, durante a tramitação processual, transferido a sua residência dos Países Baixos para a Bélgica, viu contestada a sua capacidade para representar a parte perante o Tribunal de Segunda Instância

holandês por força de uma disposição da legislação holandesa de que apenas as pessoas estabelecidas nos Países Baixos poderiam agir na qualidade de mandatários perante o referido tribunal. Definiu o TJUE que a legislação de um Estado-membro não pode impedir, através da condição de residência com caráter permanente no território, a prestação de serviços por pessoas residentes num outro Estado-membro, quando a sua prestação de serviços não esteja submetida a qualquer condição particular pela legislação nacional aplicável. Na decisão do TJUE, a par da legislação nacional, as normas comunitárias de garantia da livre prestação de serviços possui efeito direto e podem ser invocadas perante órgãos jurisdicionais nacionais contra quaisquer discriminações dirigidas ao prestador, em razão de sua nacionalidade ou residência num Estado-membro diferente de onde a prestação é realizada²⁶.

No que se refere à liberdade de estabelecimento de empresas na UE, a evolução jurisprudencial (*case law*) é considerada como essencial para a continuidade das tratativas de integração e interpretação das normas aplicadas pela comunidade. Do tratamento inicial quanto ao deslocamento da sede social da empresa, caminhou-se para o entendimento da movimentação da empresa pelo livre registro em outro Estado-membro, posteriormente para a retirada de normas do Estado-membro receptor da empresa que viola ao impor normas nacionais, e por fim no reconhecimento da liberdade de estabelecimento das filiais, sucursais e agências.

Dentre as primeiras decisões do TJUE sobre a liberdade de estabelecimento, o caso *Daily Mail* (Acórdão 27/09/1988 - Processo 81/87)²⁷, entre as partes *H. M. Treasury and Commissioners of Inland Revenue* e a sociedade *Daily Mail and General Trust PLC*, apresenta como objeto decisão a título prejudicial sobre a interpretação dos artigos 52.º e 58.º do Tratado CEE e das disposições da Diretriz 73/148 do Conselho, de 21 de Maio de 1973, relativa à supressão das restrições à deslocação e à permanência dos nacionais dos Estados-membros na Comunidade, em matéria de estabelecimento e de prestação de serviços. Tratou-se de exigência pelo Tesouro Britânico de autorização nos termos da legislação fiscal britânica para que a sociedade deixasse seu domicílio no Reino Unido e se estabelecesse nos Países Baixos. A lei britânica de 1970 relativa ao imposto sobre o rendimento e ao imposto sobre as sociedades proibia, no n.º 1, alínea “a”, do artigo 482.º, que as sociedades com domicílio fiscal no Reino Unido deixassem de ter esse domicílio no país sem autorização do Tesouro Britânico. Da mesma forma, a sociedade, sem esperar pela autorização, havia decidido abrir escritório nos Países Baixos e iniciado seus serviços. Primeiramente, a

²⁶ Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <www.curia.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013.

²⁷ *Idem*.

Comissão sublinhou que as condições em que uma sociedade pode transferir a sua sede de um Estado-membro para outro dependem sempre do direito interno do Estado em que foi constituída e do direito interno do Estado de acolhimento. Por sua vez, no caso de deslocamento da sede da administração, tal situação seria possível de acordo com a legislação interna, sendo que o direito de efetuar essa transferência é um direito protegido pelo art. 52.º do Tratado. O direito de livre estabelecimento é garantido não somente aos nacionais, mas também às pessoas jurídicas. Todavia, contrariamente às pessoas singulares, as sociedades são entidades criadas por força de uma ordem jurídica interna (sua existência advém da legislação nacional que determina a sua constituição e funcionamento), coexistindo diferentes regras nacionais sobre constituição de sociedades na comunidade europeia. Além disso, indicou o Tribunal que seria viável a celebração de convenção referente à manutenção da personalidade jurídica da empresa em caso de transferência da sede de um país para outro, o que não existia no caso em tela. Portanto, o Tribunal reconheceu a aplicação da legislação nacional para reger as regras quanto à constituição das sociedades em relação ao Estado-membro, e também ao direito de transferir a sua sede social para outro Estado-membro.

Dessa forma, as normas comunitárias não neste caso à uma determinada sociedade, uma vez que seria constituída em conformidade com a legislação de um Estado-membro e que neste tenha sua sede social, bem como o direito de transferir a sede da sua administração para outro Estado-membro.

No caso Centros – Acórdão 09/03/1999 (Processo C-212/97)²⁸, tendo como partes Centros Ltd e Erhvervsog Selskabsstyrelsen (Direção Geral do Comércio e das Sociedades do Ministério Dinamarquês), o objeto consistiu na interpretação dos artigos 52.º, 56.º e 58.º do Tratado CE, sobre a recusa desta administração de registrar na Dinamarca uma sucursal da Centros. Analisando a situação fática, o Ministério Dinamarquês recusou o registro com fundamento de que a Centros, que não exerce qualquer atividade comercial no Reino Unido, procurava, na realidade, constituir na Dinamarca não uma sucursal, mas um estabelecimento principal, contornando as normas nacionais relativas, nomeadamente, à liberação de um capital mínimo, fixado em 200 000 DKR (duzentas mil coroas dinamarquesas) pela Lei n.º 886/1991. Segundo a Centros, o fato de não ter exercido qualquer atividade desde a sua criação no Reino Unido não teve influência sobre o seu direito de livre estabelecimento²⁹.

²⁸ Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <www.curia.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013.

²⁹ “Com efeito, no acórdão de 10 de Julho de 1986, Segers (79/85, Colect., p. 2375), o Tribunal de Justiça declarou que os artigos 52.º e 58.º do Tratado proíbem que as autoridades de um Estado-Membro recusem a um director de sociedade o benefício de um regime nacional de prestações de seguro de doença apenas pelo facto de a sociedade ter a sua sede social noutra Estado-Membro, ainda que nele não exerça actividades comerciais”

Frisou-se que uma situação em que uma sociedade constituída segundo o direito do Estado-Membro, no qual tem a sua sede social, e que pretende criar uma sucursal noutra Estado-Membro estaria abrangida pelo direito comunitário. Para tanto as normas do Tratado relativas à liberdade de estabelecimento visam permitir às sociedades constituídas em conformidade com a legislação de um Estado-Membro, da qual possuem a sua sede social, a sua administração central ou o seu estabelecimento principal na Comunidade, exercer, por intermédio de uma agência, de uma sucursal ou de uma filial, atividades noutros Estados-membros. Bem como, o fato de uma sociedade não exercer qualquer atividade no Estado-membro de sua sede e exercer as suas atividades unicamente no Estado-membro da sua sucursal não basta para demonstrar a existência de um comportamento abusivo e fraudulento, impedindo a aplicação da liberdade de estabelecimento secundário, uma vez que o Ministério Dinamarquês colocou-se contrário à posição do Tribunal e exigia garantias da sucursal e formação de capital mínimo^{30 31}.

Já no caso *Überseering* (Acórdão 05/11/2012 - Processo C-208/00)³², entre as partes *Überseering BV* e *Nordic Construction Company Baumanagement GmbH (NCC)*, sendo o objeto a interpretação dos arts. 43.^{o33} e 48.^{o34} CE, tratou-se de litígio que opôs a *Überseering*,

(Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <www.curia.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013).

³⁰ “[...] importa recordar, segundo a jurisprudência do Tribunal de Justiça, que as medidas nacionais susceptíveis de afectar ou de tornar menos atraente o exercício das liberdades fundamentais garantidas pelo Tratado devem preencher quatro condições: devem aplicar-se de modo não discriminatório, justificar-se por razões imperativas de interesse geral, ser adequadas para garantir a realização do objectivo que prosseguem e não ultrapassar o que é necessário para atingir esse objectivo (v. acórdãos de 31 de Março de 1993, *Kraus*, C-19/92, Colect., p. I-1663, n.º 32, e de 30 de Novembro de 1995, *Gebhard*, C-55/94, Colect., p. I-4165, n.º 37)”.

³¹ Os artigos 52.º e 58.º do Tratado CE opõem-se a que um Estado-Membro recuse o registo de uma sucursal de uma sociedade constituída em conformidade com a legislação de outro Estado-Membro, no qual aquela tem a sua sede, sem aí exercer actividades comerciais, quando a sucursal se destina a permitir à sociedade em causa exercer a totalidade da sua actividade no Estado em que esta sucursal será constituída, evitando constituir neste uma sociedade e eximindo-se assim à aplicação das normas de constituição de sociedades que aí são mais rigorosas em matéria de liberação de um capital social mínimo. Todavia, esta interpretação não exclui que as autoridades do Estado-Membro em causa possam tomar qualquer medida adequada para prevenir ou sancionar as fraudes, tanto no que se refere à própria sociedade, se necessário em cooperação com o Estado-Membro no qual esta foi constituída, como no que se refere aos sócios que se provasse que pretendem, na realidade, através da constituição de uma sociedade, eximir-se às suas obrigações perante credores privados ou públicos estabelecidos no território do Estado-Membro em causa (Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <www.curia.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013).

³² Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <www.curia.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013.

³³ Artigo 49.º (Tratado de Funcionamento da UE 2010) (ex-artigo 43.º TCE) No âmbito das disposições seguintes, são proibidas as restrições à liberdade de estabelecimento dos nacionais de um Estado-Membro no território de outro Estado-Membro. Esta proibição abrangerá igualmente as restrições à constituição de agências, sucursais ou filiais pelos nacionais de um Estado-Membro estabelecidos no território de outro Estado-Membro. A liberdade de estabelecimento compreende tanto o acesso às actividades não assalariadas e o seu exercício, como a constituição e a gestão de empresas e designadamente de sociedades, na acepção do segundo parágrafo do artigo 54.º, nas condições definidas na legislação do país de estabelecimento para os seus próprios nacionais, sem prejuízo do disposto no capítulo relativo aos capitais.

³⁴ Artigo 54.º (Tratado de Funcionamento da UE 2010) (ex-artigo 48.º TCE) As sociedades constituídas em conformidade com a legislação de um Estado-Membro e que tenham a sua sede social, administração central ou

sociedade de direito neerlandês, matriculada em 22 de Agosto de 1990 no registro comercial de Amsterdam e Haarlem, à NCC, sociedade estabelecida na Alemanha, a propósito da reparação de defeitos na execução na Alemanha de trabalhos confiados pela Überseering à NCC. Em Outubro de 1990, a Überseering adquiriu um terreno situado em Düsseldorf (Alemanha), que utilizou para fins profissionais. Por contrato de empreitada celebrado em 27 de Novembro de 1992, a Überseering confiou à NCC a renovação de uma garagem e de um motel construídos neste terreno. As prestações foram executadas, mas a Überseering alegou a existência de defeitos na execução dos trabalhos de pintura. E em dezembro de 1994, dois cidadãos alemães residentes em Düsseldorf adquiriram a totalidade das quotas da Überseering. A empresa impetrou ação de reparação de defeitos contra a NCC no foro de Düsseldorf, mas o juízo julgou a ação inadmissível porque a sociedade não havia capacidade jurídica na Alemanha por ser sociedade do direito holandês, portanto, não poderia ser parte em juízo. A capacidade jurídica de uma sociedade, no direito alemão, é definida pela teoria da sede (lugar em que está estabelecida a sua sede efetiva), em oposição à teoria da constituição (aplicação do direito do Estado no qual a sociedade foi constituída).

O TJUE suscitou a possibilidade de harmonização da legislação a fim de garantir a manutenção da personalidade jurídica de uma sociedade em caso de transferência da sua sede social ou efetiva, conforme o art. 293.º, CE³⁵, por meio de convenções entre os Estados-membros. Para fundamentar o posicionamento do Tribunal Alemão, citava-se o Caso Daily Mail and General Trust:

[...] o Tratado considera a disparidade das legislações nacionais relativas ao vínculo de dependência exigido às suas sociedades, bem como a possibilidade e, se tal for o caso, as normas referentes à transferência da sede, social ou real, de uma sociedade de um Estado-Membro para outro, como problemas que não são resolvidos pelas normas sobre o direito de estabelecimento, mas que o devem ser por via legislativa ou convencional, o que no entanto ainda não se concretizou. Nessas condições, os artigos 52.º [do Tratado CEE (que passou, após alteração a artigo 43.º CE)] e 58.º [do Tratado CEE (que passou a artigo 48.º CE)] não podem ser interpretados no sentido de que conferem às sociedades constituídas em conformidade com o direito nacional de um Estado-Membro o direito de transferir a sua direcção

estabelecimento principal na União são, para efeitos do disposto no presente capítulo, equiparadas às pessoas singulares, nacionais dos Estados-Membros. Por «sociedades» entendem-se as sociedades de direito civil ou comercial, incluindo as sociedades cooperativas, e as outras pessoas colectivas de direito público ou privado, com excepção das que não prossigam fins lucrativos.

³⁵ Artigo 293.º (Tratado da UE 2002) Os Estados-Membros entabularão entre si, sempre que necessário, negociações destinadas a garantir, em benefício dos seus nacionais: [...] — o reconhecimento mútuo das sociedades, na acepção do segundo parágrafo do artigo 48.º, a manutenção da personalidade jurídica em caso de transferência da sede de um país para outro e a possibilidade de fusão de sociedades sujeitas a legislações nacionais diferentes [...] (este artigo foi revogado e não consta na última versão do Tratado de Funcionamento da UE 2010).

e a sua administração central para outro Estado-Membro, ao mesmo tempo que conservam a qualidade de sociedades do Estado-Membro segundo cuja legislação foram constituídas”³⁶.

A Überseering, o Governo do Reino Unido e a Comissão rebatem o argumento no sentido que o caso Daily Mail não deveria ser invocado, mas sim o caso Centros, in verbis:

[...]. O acórdão Daily Mail and General Trust, já referido, consagra por conseguinte o direito do Estado-Membro de constituição de uma sociedade de fixar as regras em matéria de constituição e de existência jurídica das sociedades, em conformidade com as normas do seu direito internacional privado. Em contrapartida, não decide a questão de saber se uma sociedade criada nos termos do direito de um Estado-Membro deve ser reconhecida por outro Estado-Membro. [...] A Centros Ltd pretendia criar na Dinamarca uma sucursal a fim de exercer neste Estado o essencial das suas actividades económicas. As autoridades dinamarquesas não punham em causa a existência desta sociedade de direito inglês, mas negavam-lhe o direito de exercer na Dinamarca a sua liberdade de estabelecimento criando aí uma sucursal, porque era facto assente que esta forma de estabelecimento secundário tinha em vista evitar a aplicação das normas dinamarquesas de constituição de sociedades, nomeadamente as respeitantes à liberação de um capital mínimo³⁷.

O Governo holandês considerava que o Tratado invocava três elementos de conexão: sede social, sede efetiva (administração central) e o estabelecimento principal (ou originário), no qual defendia que não havia impedimento de uma sociedade ser constituída em um Estado-membro e ter a sua administração central em outro³⁸. Completava a sua posição afirmando que o direito holandês considerava o caso em tela como de constituição de uma sucursal (estabelecimento secundário) na Alemanha, o que mantinha a pertinência da citação do caso Centros, que tratava do estabelecimento de sucursal na Dinamarca, tendo seu estabelecimento principal permanecido no Reino Unido³⁹. O Governo do Reino Unido corroborava o posicionamento anterior dizendo que se tratava de constituição de agência ou sucursal. Acrescentava que esta situação é distinta do caso Daily Mail que era a tentativa de transferir do Reino Unido para outro Estado-membro a sede social e controle de uma sociedade de

³⁶ Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <www.curia.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013.

³⁷ Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <www.curia.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013.

³⁸ “É portanto contrário às disposições do Tratado relativas à liberdade de estabelecimento o facto de um Estado-Membro se recusar a reconhecer a capacidade jurídica de uma sociedade legalmente constituída noutro Estado-Membro que exerce a sua liberdade de estabelecimento secundário no seu território”.

³⁹ “Segundo este Governo, é incorrecto analisar o presente processo baseando-se na premissa de que houve uma deslocação da sede efectiva da Überseering para a Alemanha em virtude de uma simples cessão de quotas a cidadãos alemães residentes na Alemanha. Com efeito, tal análise seria própria do direito privado alemão. Nenhum elemento indica a vontade da Überseering de transferir para a Alemanha a sua sede efectiva. Além disso, raciocinar como se se tratasse de um estabelecimento primário tem em vista privar de pertinência o acórdão Centros, já referido, no qual estava em causa a forma secundária de estabelecimento, resultante da criação de uma sucursal, e tentar aproximar o presente processo do processo Daily Mail and General Trust, já referido”.

direito inglês, sem submeter às exigências fiscais e de autorização pelo mesmo. A par disso, o TJUE sustentou que esta situação encontrava-se inserida na norma comunitária e que rejeitava o argumento de harmonização por convenção específica (antigo art. 293.º UE 2002), no qual não constituía uma reserva de competência para os Estados-membros, sendo somente um instrumento de facilitação para o reconhecimento mútuo das sociedades e a manutenção de sua personalidade jurídica em caso de transferência entre Estados-membros envolvidos. Por sua vez, completava o raciocínio com fundamento no próprio art. 48.º (atual art. 54.º UE 2010) no qual as sociedades são equiparadas a singulares nacionais dos Estados-membros, no que se refere à liberdade de estabelecimento de ser reconhecido por todos os Estados-membros⁴⁰. Dessa forma, não seria necessário que os Estados-membros adotassem uma convenção para o reconhecimento mútuo das sociedades a fim de exercer a plena liberdade de estabelecimento. Outrossim, asseverava que a citação do caso Daily Mail era incorreta, uma vez que neste a sociedade, constituída no Reino Unido, estando neste Estado-membro a sua sede social e a efetiva, pretendia transferir esta última para outro Estado-membro sem perder a sua personalidade jurídica de sociedade inglesa, no qual necessitava de autorização fiscal do Governo que lhe fora negada. No caso em tela, a Überseering nunca havia manifestado a sua vontade de transferir a sua sede para a Alemanha ou mesmo o caso citado era capaz de resolver a questão analisada. Outrossim, conforme o entendimento do art. 58.º UE 2002 (atual art. 54.º UE 2010), o TJUE declarou que as sociedades se equiparam às pessoas nacionais dos Estados-membros quando constituídas em conformidade com a legislação de um Estado-membro e que tenham a sua sede social, administração central (sede efetiva) ou principal estabelecimento na comunidade. Assim, a sociedade analisada poderia invocar a liberdade de estabelecimento para opor-se à recusa do direito alemão de consideração de sua capacidade jurídica^{41 42}.

⁴⁰ “Daqui resulta directamente que estas sociedades têm o direito de exercer a sua actividade noutro Estado-Membro, servindo a localização da sua sede social, da sua administração central ou do seu principal estabelecimento para determinar, à semelhança da nacionalidade das pessoas singulares, a sua conexão com a ordem jurídica de um Estado-Membro”.

⁴¹ “Nestas condições, a recusa, por parte de um Estado-Membro, de reconhecer a capacidade jurídica de uma sociedade constituída em conformidade com o direito de outro Estado-Membro no qual tem a sua sede social com o fundamento, nomeadamente, em que a sociedade transferiu a sua sede efectiva para o seu território na sequência da aquisição da totalidade das quotas por cidadãos deste Estado-Membro que aí residem, o que tem como consequência que a sociedade não pode, no Estado-Membro de acolhimento, estar em juízo para defender os seus direitos resultantes de um contrato, salvo se se reconstituir segundo o direito deste Estado de acolhimento, constitui uma restrição à liberdade de estabelecimento incompatível, em princípio, com os artigos 43.º CE e 48.º CE.”.

⁴² Decisão do TJUE foi no seguinte sentido: “1) Os artigos 43.º CE e 48.º CE opõem-se a que, quando uma sociedade constituída em conformidade com a legislação de um Estado-Membro no território do qual tem a sua sede social é considerada, segundo o direito de outro Estado-Membro, como tendo transferido a sua sede efectiva para este Estado, este último não reconheça à referida sociedade a capacidade jurídica e, portanto, a capacidade

3.4. Livre Circulação de Capitais e Pagamentos

Desde sua previsão no Tratado de Roma, a norma comunitária impõe a obrigação de abolir progressivamente as restrições no movimento de capital durante o período de transição, com o objetivo de extensão necessária para promover a geração de um mercado comum. Da mesma forma, impede-se que os Estados introduzam novas restrições de câmbio sobre o movimento de capitais. O Conselho, por sua vez, editou várias diretivas no sentido de aplicar as previsões do tratado. A Diretriz mais importante é a de n.º 88/361, de 1998 (CRAIG e DE BÚRCA, 2008, p. 724).

O atual Tratado da UE estabelece que serão proibidas qualquer restrição ao movimento de capital entre Estados-membros e terceiros Estados. O mesmo entendimento se aplica aos pagamentos.

O Tratado da UE não delimita o conceito de movimento de capital. Contudo, o mesmo é previsto na citada Diretiva, que possui caráter não exaustivo, mas constitui instrumento auxiliar na identificação sobre qual medida constitui restrição ao movimento de capital. Como exemplo, medidas impostas por Estados-membros responsáveis por dissuadir seus residentes a obter empréstimos ou de realizar investimentos em outro Estado-membro constitui restrição ao movimento de capital, ou mesmo restrição para a aquisição ou dispensa de propriedade, como o cumprimento de medidas de autorização administrativa, que são proibidas.

Lado outro, a norma comunitária também prevê quais são as medidas utilizadas que não constituem meio de discriminação arbitrária ou forma de restrição no movimento de capital e de pagamento. Dessa forma, o TJUE decidirá se, por exemplo, em uma comparação entre residentes e não residentes, houve alguma medida discriminatória. Outrossim, restrições ao movimento de capital são permitidos quando se justificam pela defesa de uma política pública ou pela segurança pública (CRAIG e DE BÚRCA, 2008, p. 726-727).

Quanto à jurisprudência em matéria de liberdade de capitais, cita-se o caso Volkswagen – Acórdão 23/10/2007 (Processo C-112/05)⁴³, entre a Comissão das Comunidades Europeias e a República Federal da Alemanha, referente à ação por descumprimento nos termos do artigo 226.º CE⁴⁴, entrada em 4 de Março de 2005.

judiciária perante os seus órgãos jurisdicionais nacionais para invocar os direitos resultantes de um contrato celebrado com uma sociedade estabelecida no referido Estado” (Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <www.curia.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013).

⁴³ Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <www.curia.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013.

⁴⁴ Artigo 258.º (Tratado do Funcionamento da UE 2010) (ex-artigo 226.º TCE) Se a Comissão considerar que um Estado-Membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força dos Tratados, formulará

Na petição inicial, a Comissão das Comunidades Europeias pedia ao Tribunal de Justiça que declarasse que os §§ 2, n.º 1 e 4, n.ºs 1 e 3, da Lei de 21 de Julho de 1960, relativa à lei de privatização das participações sociais da sociedade por quotas Volkswagenwerk (Lei VW), violavam os artigos 43.º CE⁴⁵ e 56.º CE⁴⁶ (liberdade de estabelecimento e de circulação de capitais). Após ter notificado a República Federal da Alemanha e esta não ter tomado nenhuma medida necessárias para dar cumprimento a esse parecer no prazo fixado, a Comissão havia proposto a ação. A Comissão alegava, no essencial, que as disposições em causa da Lei VW: (1) limitavam, por derrogação das regras gerais, o direito de voto de qualquer acionista a 20% do capital social da Volkswagen; (2) exigiam uma maioria superior a 80% do capital social representado para a aprovação de deliberações da assembleia geral para as quais, segundo as regras gerais, só era necessária uma maioria de 75%; e permitiam, por derrogação das regras gerais, ao Estado Federal e ao Land da Baixa Saxônia designar, cada um, dois representantes no conselho geral e de supervisão da referida sociedade, o que poderia ser susceptível de dissuadir os investimentos diretos e, por conseguinte, constituíam restrições à livre circulação de capitais na acepção do artigo 56.º CE. O Tribunal afirmou que a Comissão não apresentou nenhuma argumentação específica para provar a violação do art. 49.º (UE 2010), sobre a violação à liberdade de estabelecimento, no qual, por argumento da República Alemã, as disposições da Lei VW possuíam por objeto o controle da sociedade por um acionista e o objetivo de exercer uma influência dominante na empresa.

Quanto à análise da violação da liberdade de circulação de capitais, o Tribunal, na falta de um conceito de movimentos de capitais, utilizou-se da Diretriz 88/361/CEE do Conselho, de 24/06/1988, no qual constituíam movimentos de capital os investimentos de qualquer natureza aqueles efetuados por pessoas singulares ou coletivas que fossem para criar ou manter relações duradouras e diretas entre o investidor e a empresa a que se destinassem esses fundos ao exercício de uma atividade económica. Por relações duradouras consistia a

um parecer fundamentado sobre o assunto, após ter dado a esse Estado oportunidade de apresentar as suas observações. Se o Estado em causa não proceder em conformidade com este parecer no prazo fixado pela Comissão, esta pode recorrer ao Tribunal de Justiça da União Europeia.

⁴⁵ Artigo 49.º (Tratado do Funcionamento da UE 2010) (ex-artigo 43.º TCE) No âmbito das disposições seguintes, são proibidas as restrições à liberdade de estabelecimento dos nacionais de um Estado-Membro no território de outro Estado-Membro. Esta proibição abrangerá igualmente as restrições à constituição de agências, sucursais ou filiais pelos nacionais de um Estado-Membro estabelecidos no território de outro Estado-Membro. A liberdade de estabelecimento compreende tanto o acesso às actividades não assalariadas e o seu exercício, como a constituição e a gestão de empresas e designadamente de sociedades, na acepção do segundo parágrafo do artigo 54.º, nas condições definidas na legislação do país de estabelecimento para os seus próprios nacionais, sem prejuízo do disposto no capítulo relativo aos capitais.

⁴⁶ Artigo 63.º (Tratado do Funcionamento da UE 2010) (ex-artigo 56.º TCE) 1. No âmbito das disposições do presente capítulo, são proibidas todas as restrições aos movimentos de capitais entre Estados-Membros e entre Estados-Membros e países terceiros. 2. No âmbito das disposições do presente capítulo, são proibidas todas as restrições aos pagamentos entre Estados-Membros e entre Estados-Membros e países terceiros.

possibilidade do acionista participar efetivamente na gestão da sociedade ou do seu controle⁴⁷. Portanto, a violação decorreu das restrições advindas de medidas nacionais a impedir ou limitar a aquisição de ações nas empresas ou o bastante a dissuadir os investidores de outros Estados-membros a investir no capital destas. A Lei VW assentou-se originalmente em um compromisso entre trabalhadores, sindicatos, Estado Federal e o Land da Baixa Saxônia, compondo uma proteção contra um grande acionista que dominasse sozinho a sociedade no futuro. A lei de privatização da sociedade é de caráter privado e possui a alegação de violar a livre circulação de capitais (lei nacional alemã face à liberdade de circulação de capitais). São restrições apontadas: a limitação do direito de voto a um máximo de 20% e à fixação da minoria de bloqueio em 20%. Quanto a primeira, era lícito que os acionistas decidissem em estabelecer um limite máximo, todavia, esta decisão resultou em obrigações específicas impostas aos acionistas pela via legislativa, sem que lhes houvesse dado possibilidade de decisão. Da aprovação da Lei VW, em 1960, o Estado Federal da Alemanha e o Land da Baixa Saxônia eram os dois principais acionistas da recém-privatizada sociedade Volkswagen, detendo cada qual 20% do total do capital. Mesmo que o Estado Federal tenha optado por desfazer-se da sua participação, o Land ainda continuava com a participação, o que permitia à autoridade pública uma minoria de bloqueio a opor-se a decisões importantes na sociedade. E com o máximo de 20%, permitia-se uma influência substancial na sociedade. Estas restrições poderiam limitar a possibilidade dos outros acionistas participarem na sociedade, com o objetivo de criar ou manter laços econômicos duradouros e de construir uma participação efetiva na sua gestão ou controle, sendo susceptível de dissuadir os investidores diretos oriundos de outros Estados-Membros (restrição à liberdade de circulação de capitais).

Outra restrição apontada pela Comissão foi relativa ao direito de designar dois representantes no Conselho Geral e de Supervisão da Volkswagen. Dessa forma, o Estado Federal e o Land Baixa Saxônia poderiam designar cada qual 2 membros, previsão esta contrária à prevista na Lei das Sociedades Anônimas da Alemanha, segundo o qual este direito somente poderia ser instituído por estatuto e limitado a 1/3 dos membros do conselho. Na Volkswagen, o limite era de 3 representantes para o Estado Federal e o Land (o Conselho conta com 20 membros, sendo 10 designados pelos acionistas), o que configurava um número

⁴⁷ “[...] (v., neste sentido, acórdãos de 12 de Dezembro de 2006, *Test Claimants in the FII Group Litigation*, C-446/04, Colect., p. I-11753, n.ºs 179 a 181, e de 24 de Maio de 2007, *Holböck*, C-157/05, Colect., p. I-4051, n.ºs 33 e 34). [...] (v. acórdãos, já referidos, *Test Claimants in the FII Group Litigation*, n.º 182, e *Holböck*, n.º 35; v. também acórdãos de 4 de Junho de 2002, *Comissão/Portugal*, C-367/98, Colect., p. I-4731, n.º 38; *Comissão/França*, C-483/99, Colect., p. I-4781, n.º 37; *Comissão/Bélgica*, C-503/99, Colect., p. I-4809, n.º 38; de 13 de Maio de 2003, *Comissão/Espanha*, C-463/00, Colect., p. I-4581, n.º 53; *Comissão/Reino Unido*, C-98/01, Colect., p. I-4641, n.º 40; de 2 de Junho de 2005, *Comissão/Itália*, C-174/04, Colect., p. I-4933, n.º 28, e *Comissão/Países Baixos*, já referido, n.º 19).

superior ao permitido. Dessa forma, observou-se uma restrição à possibilidade de outros acionistas participarem efetivamente na gestão e controle dessa sociedade (restrição à liberdade de circulação de capitais). Completava o TJUE ao afirmar que se tratava de um direito especial, que afastava as regras gerais de direito das sociedades em benefício exclusivo das autoridades públicas por meio de medida legislativa nacional, com uma participação maior que a de um acionista na sociedade (Lei de privatização da Volkswagen – Lei VW). O Tribunal ressaltava que essas medidas restritivas nacionais poderiam limitar a circulação de capital, desde que justificadas pelas razões previstas nas normas comunitárias ou por razões de interesse geral, e desde que não houvesse norma comunitária de harmonização a assegurar a proteção dos interesses alegados. Os limites deveriam obedecer ao princípio da proporcionalidade nas medidas adotadas com o mínimo de restrição possível. Contudo, o Tribunal alegou que a justificativa da República Federal Alemã de que a atividade da Volkswagen seria de interesse geral, no qual deveria proteger os trabalhadores contra um acionista único não era fundamento válido a permitir as restrições observadas na Lei VW⁴⁸.

Por fim, a decisão afirmava que ao manter em vigor o § 4, n.º 1, e o § 2, n.º 1, conjugado com o § 4, n.º 3, da Lei de 21 de Julho de 1960, relativa à privatização das participações sociais da sociedade por quotas Volkswagenwerk [Lei VW] [...], na versão aplicável ao presente processo, a República Federal da Alemanha não havia cumprido as obrigações que lhe incumbem por força do artigo 56.º, n.º 1, CE.

Por último, no caso *Commission v. Belgium* (Acórdão 26/09/2000 - Processo C-478/98)⁴⁹, entre a Comissão das Comunidades Europeias e Reino da Bélgica, tinha por objeto fazer declarar que o Reino da Bélgica não cumpria as obrigações que lhe incumbiam por força do artigo 73.º-B CE⁵⁰ ao proibir a aquisição por residentes belgas de títulos de um empréstimo emitido no estrangeiro.

Com base num decreto real de 4 de outubro de 1994 o Ministro das Finanças belga emitiu, no mercado das euro-obrigações um empréstimo público em um montante

⁴⁸ “Por último, relativamente à alegação da República Federal da Alemanha de que a actividade de uma empresa tão importante como a Volkswagen pode ter tamanha repercussão no interesse geral que justifica a existência de garantias legais que excedem as medidas de controlo previstas nas regras gerais de direito das sociedades, não se pode deixar de observar que, mesmo admitindo que essa tese é procedente, o referido Estado-Membro não explicou, para além de considerações gerais sobre o risco de os acionistas sobreporem os seus interesses pessoais aos dos trabalhadores, os motivos pelos quais as disposições da Lei VW criticadas pela Comissão são adequadas e necessárias para preservar os empregos gerados pela actividade da Volkswagen”.

⁴⁹ Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <www.curia.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013.

⁵⁰ Artigo 63.º (Tratado do Funcionamento da UE 2010) (ex-artigo 56.º TCE) 1. No âmbito das disposições do presente capítulo, são proibidas todas as restrições aos movimentos de capitais entre Estados-Membros e entre Estados-Membros e países terceiros. 2. No âmbito das disposições do presente capítulo, são proibidas todas as restrições aos pagamentos entre Estados-Membros e entre Estados-Membros e países terceiros.

determinado. O mesmo dispositivo proibia a subscrição por residentes belgas, sendo que os títulos definitivos somente seriam entregues aos beneficiários mediante apresentação de certificado que comprovasse que não eram residentes na Bélgica. Apesar da Comissão alegar que tal disposição legal consistia em um entrave à livre circulação de capitais, as autoridades belgas justificaram a medida como forma de evitar a fuga ao pagamento do imposto ao não declararem os juros recebidos. O Tribunal entendeu que a medida consistia em restrição ao movimento de capitais impostas por um Estado-membro susceptíveis de dissuadir os seus residentes a contrair empréstimos ou efetuarem investimentos em outros Estados-membros. Uma vez reconhecido ao Estado-membro o fundamento de luta contra a evasão fiscal e o exercício dos controles fiscais, a medida deveria respeitar o princípio da proporcionalidade, no sentido que deveria ser adequada a não ultrapassar o mínimo necessário; o que não foi verificado, segundo o Tribunal⁵¹.

4. Conclusão

Como vimos, a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia vem, desde a sua criação, exercendo papel fundamental no reconhecimento dos princípios norteadores do Direito Comunitário, bem como é fonte profícua para o reconhecimento de sua competência como entidade última na interpretação das normas comunitárias. A evolução jurisprudencial do TJUE promoveu o reconhecimento de princípios essenciais que posteriormente foram incorporados nos tratados da União Europeia, tais como: a aplicabilidade das normas de direito comunitário sobre as normas dos Estados-membros, o caráter subsidiário da norma europeia e a possibilidade de invocar norma comunitária em órgão jurisdicional de determinado Estado-membro.

Por sua vez, a jurisprudência ao longo dos anos atua de forma permanente na consolidação da interpretação e ampliação da aplicação das liberdades econômicas (ou liberdades fundamentais) da União Europeia: liberdade de circulação de mercadorias, estabelecimento, prestação de serviços, de pessoas, capitais e pagamentos.

Principalmente no que se refere às decisões acerca da liberdade de estabelecimento de empresas na UE, a evolução jurisprudencial (case law) é considerada como essencial para a

⁵¹ Como decisão, *in verbis*: “1) O Reino da Bélgica não cumpriu as obrigações que lhe incumbem por força do artigo 73.º-B do Tratado CE (actual artigo 56.º CE) ao proibir a aquisição por residentes na Bélgica de títulos de um empréstimo emitido no estrangeiro, por força do segundo parágrafo do artigo 3.º do decreto real de 4 de Outubro de 1994” (Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <www.curia.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013).

continuidade das tratativas e da integração e interpretação das normas aplicadas pela comunidade. Do tratamento inicial quanto ao deslocamento da sede social da empresa, caminha-se para o entendimento da movimentação da empresa pelo livre registro em outro Estado-membro, posteriormente para a retirada de normas do Estado-membro receptor da empresa que viola ao impor normas nacionais, e por fim no reconhecimento da liberdade de estabelecimento das filiais, sucursais e agências. Quanto às demais liberdades apresentadas, afirma-se a possibilidade do cidadão exercer livremente a sua profissão em outro Estado-membro, bem como de contrair empréstimos e realizar pagamentos entre diferentes nacionalidades inseridas no sistema comunitário europeu.

5. Referências

BORGES, José Souto Maior. **Curso de Direito Comunitário. Instituições de Direito Comunitário Comparado: União Europeia e Mercosul.** São Paulo: Saraiva, 2005.

CAMPOS, João Mota de. CAMPOS, João Luiz Mota de. **Manual de Direito Comunitário. O Sistema Institucional. A Ordem Jurídica. O Ordenamento Econômico da União Europeia.** 4ª ed. Lisboa: Fundação Caloutste Gulbenkian, 2004.

CRAIG, Paul; DE BÚRCA, Gráinne. **EU Law. Text, Cases, and Materials.** 4º ed. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MENEZES CORDEIRO, António. **Direito Europeu das Sociedades.** Coimbra: Almedina, 2005.

DIHN, Nguyen. DAILLIER, Patrick. PELLET, Alain. **Direito Internacional Público.** 2ª ed. Traduzido por Vítor Marques Coelho do original *Droit International Public*. 7ª ed. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, E.J.A., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. DIAS, Maria Teresa Fonseca. **(Re)pensando a Pesquisa Jurídica: teoria e prática.** 2ª ed. rev. ampl. e atual. Pela BBR 14.724 e atual. pela ABNT 30/12/05. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público. Curso Elementar.** 13ª ed. rev. atual. e aum. São Paulo: Saraiva, 2011.

RINGE, Wolf-George. **The European Company Statute in the Context of Freedom of Establishment.** Legal research paper series nº 25/2008. University of Oxford. Disponível em: <papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=998315##>. Acesso: 04.Ago.2011.

SALIBA, Aziz Tuffi (Org.). **Legislação de Direito Internacional.** 4ª ed. São Paulo: Rideel, 2009.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público.** 4ª edição. Belo Horizonte, Del Rey, 2010.

SITE OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA. **União Europeia**. Disponível em: <www.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013.

SITE OFICIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA. **Tribunal de Justiça da União Europeia**. Disponível em: <www.curia.europa.eu>. Acesso em 10.Mar.2013.